



**Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do
Adolescente – CMDCA do
Município de São Paulo**



**Relatório de Avaliação
Gestão 1998/2000**





Relatório de Avaliação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Gestão 1998/2000

1 - Introdução

O momento é de um novo olhar para a infância e juventude deste país. A sociedade é forçada a reconhecer que fazemos parte de um mesmo conjunto e que a garantia e o zelo pelos direitos da criança e do adolescente, são responsabilidade de todos nós. O segmento específico de defesa e garantia deve cada vez mais se qualificar para a participação e gestão da dita "democracia participativa", e essa qualificação deverá ser sistemática e permanente. Obrigatoriamente os 10 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente nos reportam à história e nos obrigam a uma avaliação sincera e coerente da nossa prática enquanto educadores e militantes para uma representação pedagógica, política e ideológica. Os descasos das autoridades e poderes constituídos para com a sociedade brasileira, tem submetido a população às mais variadas formas de tortura e crueldade social, roubando-lhes até mesmo os direitos mais elementares para subsistência de qualquer pessoa humana.

"Se quisermos ser conselheiros(as) educadores(as) neste momento histórico brasileiro, precisamos captar a sua dimensão pedagógica. Temos que aprender com as experiências concretas", sem nos perdermos nas loucuras do militantismo ou devaneios populistas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA instaurou um novo referencial político-jurídico frente ao então vigente Código de Menores, de 10 de outubro de 1979. O Código era um instrumento de controle social sobre a conduta, enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente concebe a criança e o adolescente como sujeitos de direitos.

The first part of the paper discusses the importance of the research and the need for a new approach to the study of management. It then goes on to discuss the various methods that have been used in the past and the limitations of these methods. The second part of the paper discusses the new approach to the study of management and the various methods that have been used in this approach. The third part of the paper discusses the implications of the new approach to the study of management for the practice of management.

The first part of the paper discusses the importance of the research and the need for a new approach to the study of management. It then goes on to discuss the various methods that have been used in the past and the limitations of these methods. The second part of the paper discusses the new approach to the study of management and the various methods that have been used in this approach. The third part of the paper discusses the implications of the new approach to the study of management for the practice of management.

The first part of the paper discusses the importance of the research and the need for a new approach to the study of management. It then goes on to discuss the various methods that have been used in the past and the limitations of these methods. The second part of the paper discusses the new approach to the study of management and the various methods that have been used in this approach. The third part of the paper discusses the implications of the new approach to the study of management for the practice of management.

References

Johnson, R. (1980) *Management: A New Approach*. London: Macmillan.

Johnson, R. (1980) *Management: A New Approach*. London: Macmillan.



Reconhece-los como sujeitos de direitos não significa anular sua relação de dependência para com os adultos, nem anular responsabilidade destes no crescimento e desenvolvimento daqueles. Significa denunciar e corrigir o que se apresenta como negação de direitos de cidadania, em nível pessoal ou institucional, que comprometa o desenvolvimento integral, a realização pessoal e a participação social dos indivíduos.

O ECA regulamenta os preceitos da Constituição Brasileira de 1988, no que se refere à atenção a este segmento importante da população. Introduce três orientações que alteram radicalmente o modo de atenção à criança e ao adolescente.

A primeira orientação diz respeito ao modo de conceber criança e adolescente. Não há mais diferença entre criança pobre e criança rica, a proteção e a garantia do direito é para todas.

A segunda orientação altera o modo de gestão pública das políticas de atenção à criança e ao adolescente. O local desta atenção é o município. Atribui, portanto, ao governo municipal a competência de assegurar Prioritariamente às necessidades básicas da criança e do adolescente, de maneira que os mesmos não percam os vínculos comunitários e familiares que possuem. Propõe a maior integração e articulação entre as diversas políticas públicas setoriais, de forma a garantir uma atenção globalizante das necessidades biopsico-sociais destes seres humanos em desenvolvimento. Para tanto cria o Fundo Financeiro da Criança e do Adolescente para atender imediato e provisoriamente tais exigências.

A terceira grande orientação diz respeito à participação comunitária na formulação, acompanhamento, controle e avaliação dos serviços públicos locais destinados à criança e ao adolescente. A sociedade civil também é parceira fundamental nas decisões políticas e no controle das ações junto à criança ao adolescente.

É verdade que o conselho dos direitos do município de São Paulo, ainda não disse à essa cidade qual é a política global da infância e juventude, de maneira que force a municipalidade a fazer o reordenamento e qualificação político-pedagógico de sua prática, afim de que a criança e adolescentes sejam de fato "prioridade e absolutamente sujeitos dos seus direitos". Esse conjunto de elementos o CMDCA continua devendo para a sociedade paulistana.

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...



Prefeitura Municipal de São Paulo

**Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente - CMDCA**



Diante de responsabilidades tão grande e desafiadoras, a sociedade e sobretudo quem tem a responsabilidade e dever do zelo, não podem mais conduzir este processo com amadorismo, principalmente quando temos 500 anos de história excludente e massacrante do povo brasileiro.





...and the ... of the ...



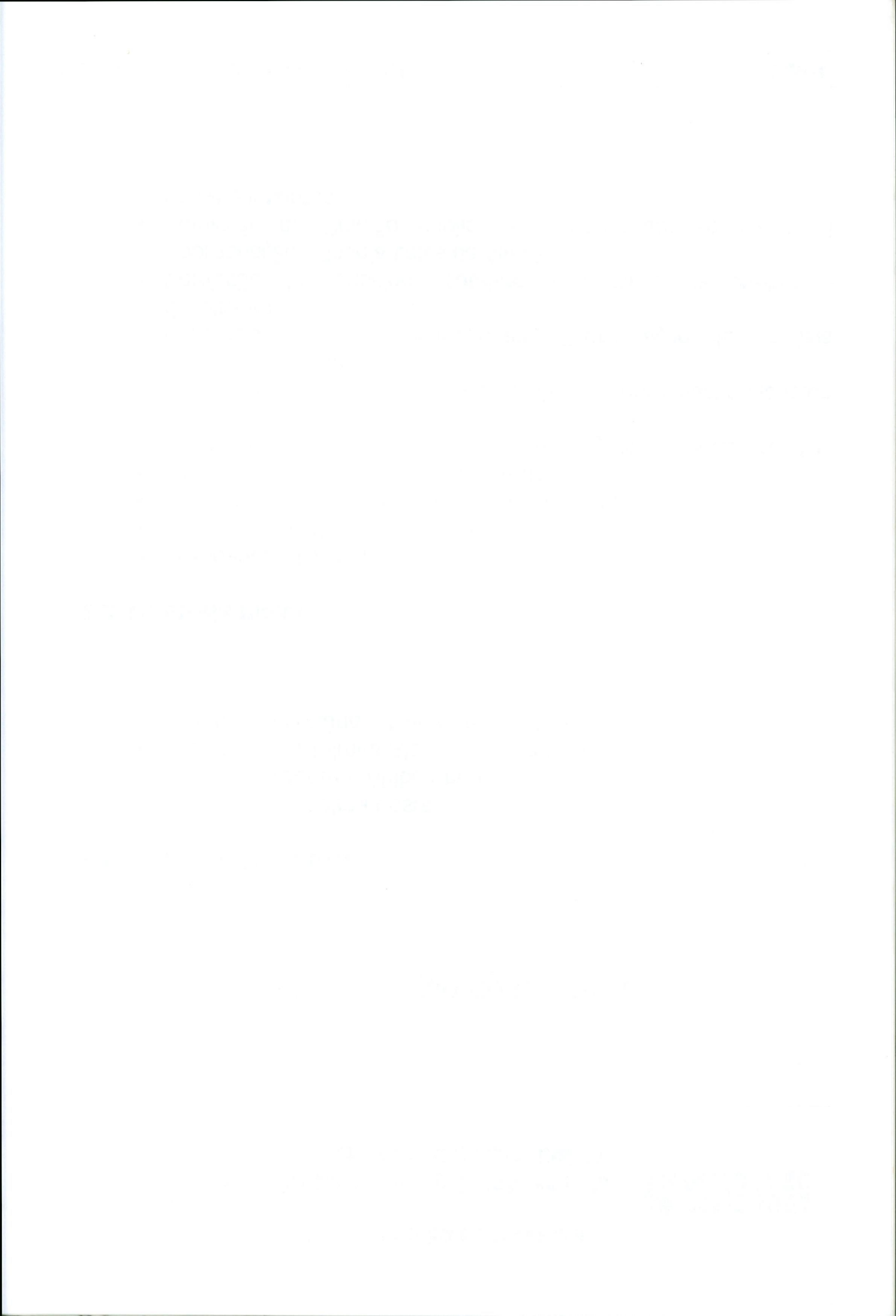
2 - Composição do Conselho

2.1. Diretoria Executiva

- Presidente – Djalma Costa
- Vice – Presidente – Abibe Chon
- Secretária – Vitelmira Alexandrina da Silva
- Segunda Secretária – Maria Antonia Marques

2.2. Diretoria Plena

- Presidente – Djalma Costa
- Vice – Presidente – Abibe Cohn
- 1ª Secretária – Vitelmira Alexandrina da Silva
- 2ª Secretária – Maria Antonia Marques
- Comissão de Políticas Públicas – Coordenação: Nancy Caruso M.T. Ventura
- Comissão de Finanças e Orçamento – Coordenação: Flariston Francisco da Silva
- Comissão de Relações Institucionais – Coordenação: Heloisa Maia de Oliveira
- Comissão de Conselhos Tutelares e Garantia de Direitos – Coordenação: Claudia Leles de Almeida
- Comissão de Opinião Pública – Coordenação: Rogéria Perri Cassinelli Santos.





2.3. Conselheiros/as da Gestão 1998/2000

Poder Público	Sociedade Civil
Júlio Alberto de Oliveira Renato André de Souza Maria Antonia Marques Nancy Caruso T.M. Ventura Heloisa Maia de Oliveira Samira Hamud M. Andrade Rogéria Perri Cassinelli Santos Simair Silveira A. da Silva Lucy Hadad Sidney Lance Antonio Carlos M. De Araujo José Ricardo Dias Bertagnon Abib Cohn Terezinha Colaneri dos Reis	Odete Vieira Viteirmira Alexandrina da Silva Flariston Francisco da Silva Estevam Sabino de Araújo Claudia Leles de Almeida Alice Aparecida dos Santos Ana Maria F. A. Miranda Maria Elena Barros Poveda Valdir Lima Cordeiro Djalma Costa Sueli de Paula Santos Olga Luiza Leon de Queiroz Uribatan Rosa da Silva Ermelinda A. G. Suiana Edilene Rodrigues de Castro Déborah Kátia Pini

2.4. Conselho de Orientação Técnica – COT (cf. anexo)

2.5. Equipe Administrativa

Competências	Atividades	Responsável	Periodicidade
Organizar os documentos a serem apresentados às comissões e a Diretoria Executiva	<ul style="list-style-type: none">• Receber correspondência.• Dar entrada do documento no livro de carga.• Informar a coordenação dos documentos do livro de carga do CMDCA.• Distribuição dos	Luiz Carlos, Andrade, Sylvia Regina, Elisa	Todos os dias



	documentos para a secretaria do Conselho, Comissões e Presidência		
Elaborar ofícios, memorandos e demais documentos internos e externos para aprovação da Diretoria Executiva	Receber das Comissões, Secretaria e Presidência os documentos com despacho, assinatura e data para encaminhamentos. Receber das Comissões, Secretaria e Presidência minuta de ofício ou idéia geral para elaboração e devolução para aprovação. Receber os documentos para encaminhamentos à digitação. Dar oficialidade ao documento após verificação de digitação e assinatura para sua saída do CMDCA (ofícios e memorandos). Dar encaminhamentos aos documentos internos (memorando etc), solicitar e providenciar salas para as reuniões do CMDCA e as Comissões Permanentes, café, material necessário à tal evento, manutenção do espaço do CMDCA, assinando	Luiz Carlos, Andrade Sylvia Regina e Elisa. Sylvia Regina e Elisa. Luiz Carlos, Andrade e Sylvia Regina. Luiz Carlos, Andrade e Sylvia Regina Luiz Carlos, Andrade, Sylvia Regina e Elisa	Todos os dias

The purpose of this study was to explore the experiences of older adults with dementia and their caregivers in a long-term care facility. The study was conducted in a nursing home in a large city in the United States. The participants included 15 older adults with dementia and 15 family caregivers. The data were collected through semi-structured interviews and focus groups. The findings revealed that older adults with dementia often experienced confusion, memory loss, and difficulty with daily activities. Caregivers reported feeling overwhelmed, stressed, and lonely. The study also identified several factors that influenced the quality of care, including staff training, resources, and the physical environment. The results suggest that there is a need for more support and training for caregivers and for improved care practices in long-term care facilities.

The purpose of this study was to explore the experiences of older adults with dementia and their caregivers in a long-term care facility. The study was conducted in a nursing home in a large city in the United States. The participants included 15 older adults with dementia and 15 family caregivers. The data were collected through semi-structured interviews and focus groups. The findings revealed that older adults with dementia often experienced confusion, memory loss, and difficulty with daily activities. Caregivers reported feeling overwhelmed, stressed, and lonely. The study also identified several factors that influenced the quality of care, including staff training, resources, and the physical environment. The results suggest that there is a need for more support and training for caregivers and for improved care practices in long-term care facilities.



	pelo funcionário responsável.		
Tomar conhecimento das publicações no Diário Oficial referente ao CMDCA	Leitura do Diário Oficial, recorte e arquivo. Transmissão da informação do DOM	Luiz Carlos e Andrade. Luiz Carlos, Andrade e Sylvia Regina	Todos os dias
Xerox	Organizar as xerox solicitadas. Tirar as xerox solicitadas	Luiz Carlos, Andrade e Artumiro.	Todos os Dias
Atender a Diretoria Executiva, durante as reuniões do CMDCA	Providenciar xerox, rascunho, solicitação prévia de documentos para Secretaria do Conselho	Luiz Carlos, Andrade e Sylvia Regina	Todos os Dias
Fax	Organização do envio de fax. Transmissão de fax	Luiz Carlos, Andrade, Sylvia Regina e Elisa. Luiz Carlos, Andrade e Artumiro	Todos os Dias
Despachar com as Comissões, Diretoria Executiva, Presidência e Equipe Administrativa	Centralização de informações e passagem para os demais do grupo	Sylvia Regina e Elisa	Todos os Dias
Atender e Orientar o Público	Atender ao público (telefone ou pessoalmente) para informações e registro	Luiz Carlos, Andrade, Sylvia Regina, Elisa	

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions and activities. It emphasizes that this is crucial for ensuring transparency and accountability in the organization's operations.

2. The second part of the document outlines the specific procedures and protocols that must be followed when recording transactions. This includes details on how to categorize expenses, how to handle receipts, and the frequency of reporting.

3. The third part of the document addresses the role of the finance department in overseeing the recording process. It highlights the need for regular audits and reviews to ensure that all records are accurate and up-to-date.

4. The fourth part of the document discusses the importance of training and education for all employees involved in the recording process. It stresses that everyone must understand their responsibilities and the correct procedures to follow.

5. The final part of the document provides a summary of the key points and reiterates the importance of maintaining accurate records. It concludes by stating that this is a fundamental aspect of good financial management and is essential for the long-term success of the organization.



	<p>de recados.</p> <p>Encaminhamentos dos assuntos solicitados.</p> <p>Informações sobre Conselhos Tutelares.</p> <p>Informações sobre entidades.</p> <p>Informações em geral.</p> <p>Informações de telefones e endereços de órgãos.</p>	<p>e Artumiro.</p> <p>Luiz Carlos, Andrade, Sylvia Regina e Elisa</p>	<p>Todos os Dias</p>
<p>Executar trabalhos de datilografia e digitação.</p>	<p>Organização dos documentos para digitação e/ou datilografia.</p> <p>Digitação</p>	<p>Sylvia Regina, Luiz Carlos e Elisa.</p> <p>Iracy e Lucimara</p>	<p>Todos os Dias</p>
<p>Arquivar documentos, memorandos, ofícios, cartas, convites, fax, etc...</p>	<p>Arquivo de memorandos, ofícios, cartas, convites etc...</p>	<p>Luiz Carlos, Andrade e Artumiro</p>	<p>Todos os Dias</p>
<p>Encaminhar Correspondências.</p>	<p>Dar oficialidade aos documentos (números, datas e assinaturas).</p> <p>Encaminhar a correspondência.</p>	<p>Luiz Carlos Andrade, Sylvia Regina e Elisa.</p> <p>Luiz Carlos, Andrade,</p>	<p>Todos os Dias</p>





		Sylvia Regina e Elisa	
Atender aos Conselhos Tutelares	Pagamentos		Todos os dias 17 a 20 de cada mês.
	Material	Luiz Carlos, Sylvia Regina, Elisa, Andrade e Artumiro	Todos os Dias
	Correspondência		
	Xerox no horário pré- estabelecido		
	Informações em Geral		

A Equipe Administrativa do CMDCA, tem a atribuição de oferecer as condições funcionais do fluxo burocrático, facilitando ao acesso de informações e trabalho a todos/as conselheiros/as.





The following information is provided for the purpose of making the journal more useful to its readers. It is not intended to be a substitute for the original article.

ARTICLE INFORMATION

Author(s)

John E. McDonnell, et al.

Article Title

Effectiveness of a Self-Management Program for Reducing the Use of Prescription Drugs

Journal Title

Journal of Applied Behavior Analysis

Volume

32

Issue

1

0893-3200/99/3201-0001\$05.00/0
DOI: 10.1890/0893-3200.1999.320101



Composição da Equipe Administrativa:

- Silvia Regina Ferreira da Silva
- Luiz Carlos de Assis
- Eliza Mara V. Tonciano
- Artumiro Gomes dos Santos
- Iraci Maria C. Silva
- José Filho de Jesus Andrade
- Lucimara Fernandes Magalhães
- Tatiana Lopes de Lima

2.6. Equipe Técnica

Plano de Ação - junho de 98 à Maio de 2000

Introdução.

Há três anos quando a Equipe de Assessoria e Apoio Técnico, assumiu a responsabilidade de elaborar, estruturar e organizar o Plano de Trabalho Técnico do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, entraram em contato com uma realidade que é a luta deste Órgão em conjunto com os Conselheiros(as) Tutelares e outros Segmentos da Sociedade, no cumprimento do que preconiza a Lei 8.69/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

A construção coletiva do aprendizado foi feita através de reflexões e discursões sistematizadas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, os fez entender que é um instrumento de luta, e propõe uma grande transformação na sociedade que ainda demorará algum tempo para entendê-lo e implementá-lo em sua íntegra.

Dificuldades são impostas a cada momento, mas com determinação esta equipe continuará executando seus objetivos com a firme intenção de contribuir no apoio e assessoria para avaliações contínuas e que possibilite um constante redimensionamento das ações técnicas para o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente junto ao CMDCA/SP.

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the integrity of the financial system and for the ability to detect and prevent fraud. The text also notes that records should be kept for a sufficient period to allow for a thorough audit.

2. The second part of the document outlines the specific requirements for record-keeping. It states that all transactions must be recorded in a clear and concise manner, and that the records should be organized in a way that allows for easy retrieval and review. The text also mentions that records should be kept in a secure location and that access should be restricted to authorized personnel only.

3. The third part of the document discusses the role of the auditor in verifying the accuracy of the records. It notes that the auditor should perform a thorough review of the records to ensure that they are complete and accurate. The text also mentions that the auditor should report any discrepancies or irregularities to the appropriate authorities.

4. The fourth part of the document discusses the consequences of failing to maintain accurate records. It notes that failure to do so can result in the loss of credibility and trust, and can also lead to legal action. The text also mentions that failure to maintain accurate records can result in the loss of financial data and the inability to detect and prevent fraud.

5. The fifth part of the document discusses the importance of training and education in ensuring the accuracy of records. It notes that all personnel involved in record-keeping should receive appropriate training and education to ensure that they are able to perform their duties accurately and efficiently.

6. The sixth part of the document discusses the importance of regular audits in ensuring the accuracy of records. It notes that regular audits are essential for the detection and prevention of fraud, and for the verification of the accuracy of the records.

7. The seventh part of the document discusses the importance of maintaining a clear and concise record-keeping system. It notes that a clear and concise system is essential for the efficient and accurate recording of transactions, and for the easy retrieval and review of records. The text also mentions that a clear and concise system can help to reduce the risk of errors and omissions.

8. The eighth part of the document discusses the importance of maintaining a secure record-keeping system. It notes that a secure system is essential for the protection of financial data and for the prevention of unauthorized access. The text also mentions that a secure system can help to ensure the integrity and confidentiality of the records.

9. The ninth part of the document discusses the importance of maintaining a complete and accurate record-keeping system. It notes that a complete and accurate system is essential for the detection and prevention of fraud, and for the verification of the accuracy of the records. The text also mentions that a complete and accurate system can help to ensure the integrity and reliability of the financial system.



Considerando a prioridade de uma Política Pública eficiente, voltada realmente à infância e a juventude que seja eficaz, garantindo o efeito desejado de se efetivar medidas indispensáveis à boa solução do problema, observando os preceitos legais e regulamentares da Lei 8.069 de 13/07/90

Considerando que a Educação é o processo básico de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do adolescente e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social, gerando assim um aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas para se auferirem bons resultados do conhecimento ou aptidões resultantes de tal processo.

Considerando que a transformação prevista pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente é em linhas gerais, a grande inovação que pretende acabar com as velhas e tradicionais estruturas sócio-educativas complexas, enraizadas e burocratizadas da sociedade, tão presentes nas questões ligadas à Criança e ao Adolescente.

Visualizar enquanto Equipe Técnica do CMDCA/SP, um trabalho educativo, preventivo, psico-social, interativo, informativo e reflexivo, que possibilite e subsidie a troca de informações e conhecimentos entre Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselhos Tutelares, Vara de Infância e Juventude, Ministério Público, Entidades Sociais de Atendimento, e tantos outros Órgãos que compõem a sociedade, capacitando e possibilitando assim uma melhor integração e atuação destes Profissionais, das equipes, Comissões Permanente que atuam na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem sido a luta incansável deste grupo. Mais do que técnicos, são educadores com a alma e a vida inteiramente aberta a aprender e se comprometer com aqueles e aqueles excluídos da humanidade desta sociedade perversa.

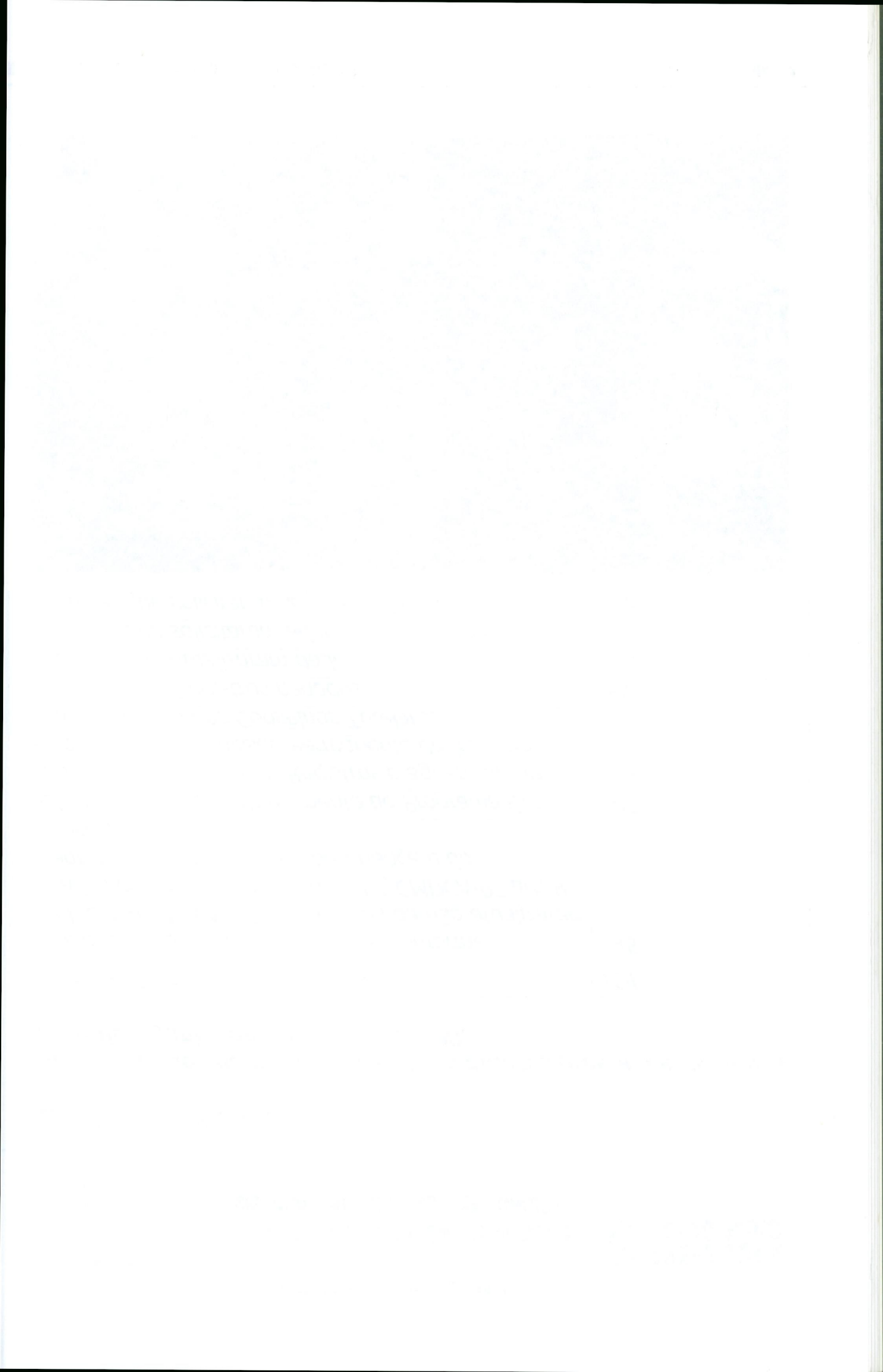


Trabalhos Realizados:

Tabela de dados numéricos dos Atendimentos prestados Relativos ao Biênio – junho de 96 à junho de 98.

<i>Programas Inscritos e Registrados</i>	<i>164</i>
<i>Entidades e Programas Registrados Conforme Resolução nº 01/CMDCA/95, que ainda não atualizaram os dados conforme Resolução nº 04/CMDCA/95 art. 91 Parágrafo Único do Estatuto da Criança e do Adolescente.</i>	<i>145</i>
<i>Deste total, prestam Atendimento ao Programa Creche</i>	<i>083</i>
<i>Entidades que solicitaram Registros e aguardam um parecer final da Comissão Permanente de Relações Institucionais ou dos Conselhos Tutelares</i>	<i>023</i>
<i>Entidades com Registros negados</i>	<i>000</i>
<i>Entidades que atualizaram dados</i>	<i>106</i>
<i>Entidades que solicitaram adendos no Registro</i>	<i>027</i>
<i>Entidades que solicitaram 2ª via do Registro</i>	<i>035</i>







Registros liberados e não liberados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SP – referente ao período de junho de 96 a maio de 98.

<i>Período/ 1996</i>	<i>Quantitativo liberado</i>	<i>Quantitativo não liberado</i>	<i>Nº do Registro não liberado</i>
<i>Junho</i>	<i>03</i>	<i>00</i>	
<i>Julho</i>	<i>09</i>	<i>01</i>	<i>589/96</i>
<i>Agosto</i>	<i>05</i>	<i>01</i>	<i>596/96</i>
<i>Setembro</i>	<i>06</i>	<i>03</i>	<i>607/96; 608/96; 609/96</i>
<i>Outubro</i>	<i>09</i>	<i>00</i>	
<i>Novembro</i>	<i>03</i>	<i>00</i>	
<i>Dezembro</i>	<i>02</i>	<i>02</i>	<i>623/96; 624/96</i>
<i>Total</i>	<i>37</i>	<i>07</i>	

<i>Período/ 1997</i>	<i>Quantitativo liberado</i>	<i>Quantitativo não liberado</i>	<i>Nº do Registro não liberado</i>
<i>Janeiro</i>	<i>03</i>	<i>00</i>	
<i>Fevereiro</i>	<i>02</i>	<i>01</i>	<i>633/97</i>
<i>Março</i>	<i>24</i>	<i>00</i>	
<i>Abril</i>	<i>24</i>	<i>06</i>	<i>663/97; 669/97; 674/97; 675/97; 677/97; 683/97;</i>
<i>Maio</i>	<i>12</i>	<i>01</i>	<i>694/97</i>
<i>Junho</i>	<i>09</i>	<i>01</i>	<i>704/97</i>
<i>Julho</i>	<i>05</i>	<i>00</i>	
<i>Agosto</i>	<i>05</i>	<i>00</i>	
<i>Setembro</i>	<i>04</i>	<i>01</i>	<i>725/97</i>
<i>Outubro</i>	<i>05</i>	<i>00</i>	
<i>Novembro</i>	<i>04</i>	<i>03</i>	<i>731/97; 735/97; 736/97</i>
<i>Dezembro</i>	<i>03</i>	<i>01</i>	<i>741/97</i>
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>14</i>	

No.	Name	Age	Sex	Profession	Religion	Marital Status	Place of Birth
1	John Smith	35	M	Farmer	Methodist	Married	Illinois
2	Mary Smith	32	F	Homemaker	Methodist	Married	Illinois
3	Robert Smith	15	M	Student	Methodist	Single	Illinois
4	Elizabeth Smith	12	F	Student	Methodist	Single	Illinois
5	William Smith	10	M	Student	Methodist	Single	Illinois
6	James Smith	8	M	Student	Methodist	Single	Illinois
7	Anna Smith	6	F	Student	Methodist	Single	Illinois
8	Thomas Smith	4	M	Student	Methodist	Single	Illinois
9	Sarah Smith	3	F	Student	Methodist	Single	Illinois
10	Charles Smith	2	M	Student	Methodist	Single	Illinois

These are the names of the children of John and Mary Smith, as reported by the father.

Recorded and indexed by the County Clerk's Office, 1912.



<i>Período/ 1998</i>	<i>Quantitativo liberado</i>	<i>Quantitativo não liberado</i>	<i>Nº do Registro não liberado</i>
<i>Janeiro</i>	<i>06</i>	<i>01</i>	<i>744/97</i>
<i>Fevereiro</i>	<i>01</i>	<i>00</i>	
<i>Março</i>	<i>12</i>	<i>00</i>	
<i>Abril</i>	<i>04</i>	<i>01</i>	<i>765/98</i>
<i>Maio</i>	<i>04</i>	<i>00</i>	
<i>Total</i>	<i>27</i>	<i>02</i>	

Obs. Cancelados a pedido das Entidades os Registros de nº 629/97; 653/97. Total de Registros liberados 164, não liberados 23, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SP.

Relação de Entidades que não atualizaram os dados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, até maio de 1998, devido o fato das mesmas terem retirado o formulário e não terem retornado com a documentação.

<i>Nº/ano do Registro</i>	<i>Entidade</i>
<i>002/94</i>	<i>Fundação Paulista de Assistência a Infância. Casa Dom Castro</i>
<i>004/94</i>	<i>Fundação Casa do Pequeno Trabalhador</i>
<i>011/94</i>	<i>Movimento de Urbanização da Favela da Região de São Miguel Paulista</i>
<i>020/94</i>	<i>Centro Comunitário Nossa Senhora do Jardim Peri</i>
<i>026/94</i>	<i>Sociedade do Jardim Reimberg</i>
<i>029/94</i>	<i>Sociedade do Cantinho da Esperança</i>
<i>034/94</i>	<i>Centro Social Nossa Senhora do Rosário</i>
<i>035/94</i>	<i>Sociedade Amigos do Bairro de Vila Progresso e Adjacência</i>
<i>041/94</i>	<i>Centro de Educação e Promoção Popular</i>
<i>044/94</i>	<i>Sociedade de Ensino Profissional e Assistência Social</i>
<i>047/94</i>	<i>Sociedade Amigos do Jardim São Jorge e Adjacências</i>
<i>051/94</i>	<i>Associação Metodista de Ação Social Jabaquara – AMAS</i>

The first part of the report deals with the general situation of the country. It is a very interesting and informative study of the country's development. The author has done a great deal of research and has put together a very comprehensive picture of the country's progress. The report is well written and easy to read. It is a valuable contribution to the study of the country's development.

The second part of the report deals with the country's economic situation. It is a very interesting and informative study of the country's economic progress. The author has done a great deal of research and has put together a very comprehensive picture of the country's economic development. The report is well written and easy to read. It is a valuable contribution to the study of the country's economic development.

The third part of the report deals with the country's social situation. It is a very interesting and informative study of the country's social progress. The author has done a great deal of research and has put together a very comprehensive picture of the country's social development. The report is well written and easy to read. It is a valuable contribution to the study of the country's social development.

The fourth part of the report deals with the country's political situation. It is a very interesting and informative study of the country's political progress. The author has done a great deal of research and has put together a very comprehensive picture of the country's political development. The report is well written and easy to read. It is a valuable contribution to the study of the country's political development.

The fifth part of the report deals with the country's cultural situation. It is a very interesting and informative study of the country's cultural progress. The author has done a great deal of research and has put together a very comprehensive picture of the country's cultural development. The report is well written and easy to read. It is a valuable contribution to the study of the country's cultural development.

The sixth part of the report deals with the country's environmental situation. It is a very interesting and informative study of the country's environmental progress. The author has done a great deal of research and has put together a very comprehensive picture of the country's environmental development. The report is well written and easy to read. It is a valuable contribution to the study of the country's environmental development.



058/94	<i>Associação Pró-Artesanato</i>
059/94	<i>Ação Social Santa Rosa de Lima</i>
062/94	<i>Lar da Bênção Divina</i>
064/94	<i>Paróquia Santa Ângela e São Serapião</i>
076/94	<i>Sociedade Amigos do Jardim Riviera</i>
077/94	<i>Centro Social Leão XIII</i>
082/94	<i>União de Amigos do Parque Guarapiranga</i>
088/94	<i>Creche Ebenezer da Igreja Presbiteriana Ind. Itaim Paulista</i>
089/94	<i>Ação Comunitária Penhense</i>
091/94	<i>Congregação das Irmãs Camélias M. de Santa Teresa do Menino Jesus</i>
101/94	<i>Grupo de Apoio e Desenvolvimento de Bairros</i>
108/94	<i>Grupo Assistencial os Samaritanos</i>
120/94	<i>Jardim Unidos Num Trabalho de Obras Sociais</i>
121/94	<i>Associação Cristã Mãe Zaza</i>
124/94	<i>Ação Social São Luiz Maria de Mont Fort</i>
125/94	<i>Grupo da Fraternidade Irmãos Sagres</i>
126/94	<i>Entidade Beneficente Cantinho Feliz Jardim João XXIII</i>
131/94	<i>Centro de Orientação Infantil Menino Jesus</i>
133/94	<i>Serviço Social Mãe Rainha três vezes Admirável</i>
135/94	<i>Associação Comunitária Novo Tempo</i>
136/94	<i>Associação Metodista de Ação Social de Campo Belo</i>
137/94	<i>Sociedade Santos Mártires</i>
142/94	<i>Lar Escola Bela Vista</i>
143/94	<i>Centro Social Nossa Senhora Aparecida</i>
146/94	<i>Sociedade Amigos da Ponte Rasa</i>
148/94	<i>Movimento Comunitário do Jardim São Francisco</i>
150/94	<i>União Brasileira Israelita do Bem Estar Social</i>
156/94	<i>Sociedade Beneficente Jardim Santa Cruz</i>
160/94	<i>Serviço Social Bom Jesus de Piraporinha</i>
161/94	<i>Sociedade Sal da Terra</i>
168/94	<i>Sociedade Amigos do Bairro do Jardim Coimbra Parque Amélia e Jardim São Carlos</i>
171/94	<i>Movimento Comunitário Jardim São Joaquim</i>
173/94	<i>Associação dos Moradores do Jardim Kagohara</i>



181/94	<i>Centro de Promoção Social Jesus no Horto das Oliveiras</i>
186/94	<i>Associação de Promoção Social Mais uma Estrela que Nasce</i>
189/94	<i>Sociedade Reivindicativa e Assistencial de Vila Medeiros</i>
190/94	<i>Ação Comunitária Tiradentes</i>
192/94	<i>Grupo da Fraternidade</i>
193/94	<i>Centro Comunitário do Piqueri</i>
194/94	<i>Corporação Evangélica Beneficente</i>
197/94	<i>Associação Feminina da Zona Norte</i>
202/94	<i>Associação Luis Ramos</i>
203/94	<i>União Cidade Líder – Pro Melhoramento do Bairro</i>
205/94	<i>Centro Social Cidade Líder</i>
208/94	<i>Associação Com. De Promoção Humana Visconde de Ouro</i>
209/94	<i>Sociedade Amigos de Bairro Parque Figueira Alta</i>
211/94	<i>Associação Metodista de Ação Social de Vila Nivi</i>
213/94	<i>Núcleo Assistencial Fraternidade Marlene T. Alípio</i>
218/94	<i>Centro de Assistência Social Santo Afonso de Ligorio</i>
220/94	<i>Associação Amigos do Autista</i>
225/94	<i>Centro de Ação Cristã</i>
226/94	<i>Sociedade Educadora Feminina – Colégio Assunção</i>
233/94	<i>Sociedade Civil Filhas de Santa Maria da Providência</i>
235/94	<i>Sociedade Civil FAA Di Bruno</i>
244/94	<i>Instituto Santa Olga</i>
245/94	<i>União de Moradores da Comunidade Sete de Setembro</i>
246/94	<i>Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE</i>
250/94	<i>Centro de Promoção Humana João XIII</i>
254/94	<i>Cruzada Brasileira de Evangelização</i>
258/94	<i>Legião Evangélica</i>
264/94	<i>Associação dos Moradores e Amigos de Vila Guilherme</i>
266/94	<i>Sociedade Comunitária Cívica e Cultural Parque Santo Antonio</i>
269/94	<i>Instituição de Promoção Social Alvorada</i>
271/94	<i>Obra de Promoção Humana São Sebastião</i>



274/94	<i>Casa de Saúde Santa Marcelina</i>
276/94	<i>Creche São José do Jardim Rincão</i>
277/94	<i>Paróquia Santo Ângelo – Cassa</i>
278/94	<i>Internação Comunitária Promoção Humana</i>
279/94	<i>Associação Metodista de Ação Social – AMAS</i>
286/94	<i>Associação Beneficente Bom Pastor Mor. CJTO Hab.</i>
288/94	<i>Centro Social da Paróquia Santa Tereza de Artur Alvim</i>
291/94	<i>Sociedade Amigos do Jardim Vaz de Lima</i>
294/94	<i>Obra Assistencial Nossa Senhora do Ó</i>
295/94	<i>Ação Social Jardim das Oliveiras</i>
296/94	<i>União Brasileira Espiritualista</i>
297/94	<i>Associação dos Moradores da Zona Norte</i>
301/94	<i>Conjunto Residencial Prestes Maia</i>
307/94	<i>Mitra Arquidiocesana de São Paulo – Paróquia Santa Cristina</i>
308/94	<i>Associação Beneficente da Comunidade de Jesus</i>
311/94	<i>Mitra Arquidiocesana – Paróquia Nossa Senhora das Mercês</i>
312/94	<i>Escola Profissional Salesianas – Sociedade Dom Bosco</i>
314/94	<i>Associação de Moradores da Jova Rural</i>
315/94	<i>Paróquia São Judas Tadeu</i>
318/94	<i>Lar Escola Emmanuel</i>
319/94	<i>Ação Comunitária São José Operário</i>
329/94	<i>Centro Comunitário Santíssima Trindade</i>
330/94	<i>Centro Social Coração de Maria</i>
332/94	<i>Creche Fraternidade</i>
334/94	<i>Centro Social Santa Catarina</i>
336/94	<i>Associação dos Moradores do Jardim Santa Terezinha</i>
340/94	<i>Sociedade Amigos da Riviera e Adjacências</i>
342/94	<i>Seara – Benedita Instituição Espírita</i>
345/94	<i>Organização dos Moradores do Jardim Maracanã</i>
347/94	<i>Creche Antonio Assunção Ferreira</i>
349/94	<i>União dos Moradores da favela do Jardim Colombo</i>
351/94	<i>Centro Comunitário Paroquial do Jardim Brasil</i>
356/94	<i>Sociedade Beneficente São Luiz Gonzaga</i>
363/94	<i>Serviço de Assistência a Infância – Paulo Silva</i>

Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page.

Faint text at the bottom of the page, possibly a signature or footer.



366/94	<i>Sociedade de Ermelino Matarazzo</i>
369/94	<i>Associação das Crianças São Jorge Guerreiro</i>
370/94	<i>Movimento Assistencial do Butatan</i>
373/94	<i>Centro de Educação Popular Santa Joana de Lestonnac</i>
374/94	<i>Sociedade Amigos do Bairro Conjunto Habitacional Jardim Sapopemba</i>
376/94	<i>Creche Comunitária Vovó Carol</i>
378/94	<i>Centro de Promoção Humana de Vila Nova York</i>
381/94	<i>Instituto Santa Terezinha</i>
382/94	<i>Associação Comunitária do Parque Mandy</i>
384/94	<i>Grupo Assistencial Nair Bozzi</i>
387/94	<i>SEPAS – Serviço de Promoção e Ação Social</i>
388/94	<i>Sociedade Amigos do Jardim Copacabana</i>
395/94	<i>Grupo de Assistência Social Casa de Emmanuel</i>
396/94	<i>Clube Desportivo Municipal Tide Setúbal</i>
398/94	<i>Associação Educativa e Assistencial Maria Imaculada Ação Social PD. Paschoal Bianco da Paróquia Nossa Senhora das Graças</i>
400/94	<i>Ação Social PD. Paschoal Bianco da Paróquia Nossa Senhora das Graças</i>
403/94	<i>Cáritas Diocesana de Campo Limpo</i>
404/94	<i>PIA – Sociedade de São Marco</i>
405/94	<i>Legião Mirim de Vila Prudente</i>
406/94	<i>Sociedade Civil Irmãos de Santa Cruz</i>
408/94	<i>Centro Social do jardim Nossa Senhora do Carmo de Itaquera</i>
409/94	<i>Sociedade de Moradores e Amigos de Campo Elíseos e Santa Efigênia</i>
412/94	<i>Semente Associação de Amor ao Excepcional</i>
413/94	<i>Serviço Assistencial Senhor Bom Jesus dos Passos</i>
419/94	<i>Fundação Francisca Franco</i>
420/94	<i>Lar de Redenção</i>
421/94	<i>Lar Escola cairbar Schutel</i>
423/94	<i>Sociedade Beneficente Padre Alberto Zambiazzi</i>
429/94	<i>Centro de Assistência e Promoção Social – Ana Vieira</i>
430/94	<i>Igreja Presbiteriana Atalaia</i>
431/94	<i>Associação das Obras Pavonianas de Assistência</i>
432/94	<i>Obra Promocional Social Coração de Jesus</i>

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
 DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
 DEPARTMENT OF CHEMISTRY
 5708 SOUTH CAMPUS DRIVE
 CHICAGO, ILLINOIS 60637

TO THE HONORABLE CHAIRMAN OF THE BOARD OF TRUSTEES
 OF THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
 DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
 DEPARTMENT OF CHEMISTRY
 5708 SOUTH CAMPUS DRIVE
 CHICAGO, ILLINOIS 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
 DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
 DEPARTMENT OF CHEMISTRY
 5708 SOUTH CAMPUS DRIVE
 CHICAGO, ILLINOIS 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
 DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
 DEPARTMENT OF CHEMISTRY
 5708 SOUTH CAMPUS DRIVE
 CHICAGO, ILLINOIS 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
 DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
 DEPARTMENT OF CHEMISTRY
 5708 SOUTH CAMPUS DRIVE
 CHICAGO, ILLINOIS 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
 DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
 DEPARTMENT OF CHEMISTRY
 5708 SOUTH CAMPUS DRIVE
 CHICAGO, ILLINOIS 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
 DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
 DEPARTMENT OF CHEMISTRY
 5708 SOUTH CAMPUS DRIVE
 CHICAGO, ILLINOIS 60637



434/94	<i>Centro de Educação Popular da Com. Nossa Senhora da Aparecida</i>
437/94	<i>Sociedade Amigos da Pedreira de Vila Portela</i>

Conclusão

Feitas as avaliações do Plano de Trabalho Bienal, a EAAT – Equipe de Assessoria e Apoio Técnico do CMDCA, com o objetivo de contribuir no apoio e assessoria para avaliações contínuas e que possibilite um constante redimensionamento nas ações técnicas para o efetivo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente junto ao CMDCA, constatou-se as seguintes problemáticas:

- Persistem as dificuldades de adequação do Plano de Trabalho das Entidades, em conformidade com o ECA;*
- Persiste o caráter assistencialista, com algumas raras mudanças na atuação do trabalho junto às Crianças e Adolescentes, por parte das Entidades;*
- Desconhecimento do ECA pela maioria das ONGs/Ogs que atuam na área da Criança e Adolescente, pois para que cumpram a Lei 8.069/90, é necessário até a mudança do Estatuto Social da Entidade, assim como a forma de interpretação, atendimento, atuação, comportamento e ações entre seus membros e a comunidade em que está inserida;*
- Desconhecimento da sociedade sobre o trabalho realizado pelo CMDCA, Conselhos Tutelares e sua importância na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;*
- Ressaltamos o desconhecimento das Entidades governamentais e não governamentais, particulares ou não, no cumprimento da Lei 8.069/90, artigos 90 e 91;*
- Dificuldades em adequar programas de entidades à Lei 8.069/90, ex: Guarda Mirim, Camps, Abrigos, Adoção Internacional, Trabalho Infantil, Albergues, etc.;*
- Dificuldades em adequar entidades que mantêm programas de abrigos só feminino e ou masculino;*

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...



- *Dificuldades em articular conjunto de ações integradas, governamentais e não governamentais, para a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;*
- *Dificuldades no Reordenamento Institucional, que entre outras atribuições deveria realizar levantamento e avaliação de todos os programas e serviços prestados principalmente pela metropolização da Cidade de São Paulo, fazendo com que se cumpra o Estatuto da Criança e do Adolescente nos seus artigos 90 e 91;*
- *Dificuldade diante da problemática de milhares de Crianças e Adolescentes de rua e na rua, garantindo que sejam assegurados seus direitos contidos na Lei 8.069/90;*
- *Dificuldades na obtenção de exemplares do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente para divulgação aos usuários;*
- *Dificuldades em estabelecer intercâmbios com Instituições Públicas e Privadas que contemplem a Criança e Adolescente na sua satisfação de suas necessidades básicas;*
- *Dificuldades em se obter um diagnóstico no atendimento às Crianças e Adolescentes de rua e na rua, para se realizar uma ação eficaz voltada a essa problemática, efetuando assim estudos aprofundados, mapeando e diagnosticando a realidade posta na sociedade paulistana;*
- *Dificuldades das Entidades em prestar atendimento às Crianças e Adolescentes em seu Programa, através de Convênios em literaturas sobre os assuntos pertinentes, armários, computadores e recursos humanos, para as quais solicitamos providências à curto prazo, e a médio prazo, instalações físicas adequadas que desacordo com ECA;*
- *Dificuldades da Equipe Técnica na obtenção de materiais; arquivos, integrabilidade, como um ser em desenvolvimento, buscando a possibilitem ações técnicas efetivas ao bom andamento do trabalho;*
- *Considerando que o Reordenamento Institucional exige um constante aperfeiçoamento das ações técnicas na orientação das Entidades governamentais e não governamentais que solicitam seu registro neste Conselho, se faz necessário a capacitação continua da EAAT do CMDCA em congressos, seminários, cursos, eventos e etc, que estejam direta ou indiretamente relacionados à área da infância e juventude.*

Estes e outros dados que não foram elencados, mas que são do conhecimento daqueles que realmente defendem os direitos e as Políticas de Atendimento da Criança e do Adolescente, indicam a urgente necessidade na implantação do

Faint, illegible text covering the majority of the page, appearing to be bleed-through from the reverse side of the document.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1100 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60637



efetivo Reordenamento Institucional de Direito e de Fato, garantindo assim a Prioridade Absoluta dos Direitos Sociais e Coletivos, como também maior empenho na divulgação e adequação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA na cidade de São Paulo.

Ressaltamos que o bom trabalho realizado pela CPRI e a EAAT, deve-se às discussões sistemáticas a seu aprofundamento considerando-se às dificuldades encontradas, como também à ampliação do quadro de pessoal.

Composição da Equipe de Assessoria e Apoio Técnico do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SP.

- *Iony Teresinha Prado da Costa*
- *Maria Cristina Antunes da Silva*
- *Walter Almeida Denser*
- *Jaciara Aparecida Ferreira*
- *Simone Isidora de Lima*
- *Paulo Eduardo Pacheco Carvalho*
- *José Ricardo Martinez*
- *Thiago Moreira Reali*





3 - Avaliação do Desempenho das Comissões

3.1. Políticas Públicas

Relatório da Comissão de Políticas Pública 1998/2000.

Consta desta avaliação itens analisados no "Plano Municipal de Desenvolvimento de Políticas de Atenção à Infância e à Adolescência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo".

Fundamentos Legais: artigos – 86,87,88,90,64,68 e 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

- Programas propostos;
- Apoio Sócio – Familiar;
- Educação Cooperativa;
- Atendimento a Dependentes de Drogas (Drogadição);
- Apoio a Estruturação dos Conselhos Tutelares;
- Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA;

A Comissão de Políticas Públicas para dar andamento aos programas do Conselho, optou por elaborar Resoluções indicando as Secretarias Municipais afins que deverão estar orientando tecnicamente, assim como, supervisionando o desenvolvimento dos programas.

Assim o Programa de Apoio Sócio-Familiar (SAS Secretaria da Assistência Social).

Programa Educação Cooperativa (Secretaria Municipal da Educação), através da Resolução nº 44/CMDCA/99/DOM em 26/02/99.

Atendimento a Dependente de Drogas – Drogadição – curativo e preventivo (Secretaria Municipal da Saúde) – através da Resolução nº 45/CMDCA/99/DOM em 11/05/99.

Apoio e Estruturação dos Conselhos Tutelares (Secretaria da Assistência Social).

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible footer text]





Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECAS
(Secretaria da Assistência Social).

O Programa de Apoio Sócio-Familiar obteve sua normatização através da Resolução nº 41, onde foram estabelecidos critérios para identificação da família a ser beneficiada pelos recursos, bem como, os deveres desta para permanecer no programa. O Conselho Tutelar foi indicado como órgão responsável pela solução das famílias, observando os critérios estabelecidos e constantes na Resolução acima citada.

O Programa de Educação Cooperativa encontra-se em discussão na Secretaria Municipal da Educação, ainda não está em execução, pois a questão de pagamento da bolsa auxílio esbarrou na legislação em vigor. Na última reunião jurídico de SME e CMDCA, ficou resolvido que para a execução do referido programa, necessitamos de um Decreto e/ou Lei do Prefeito Municipal que determine o pagamento da bolsa auxílio.

O Programa de Drogadição por meio da Resolução nº 45 do CMDCA, determinou que fosse executado pela Secretaria Municipal da Saúde. O Projeto "Quixote" – Projeto de Drogadição curativo e preventivo já está em execução com a referida Secretaria através de Convênio.

Apoio a estruturação dos Conselhos Tutelares, será exposto pela Comissão de Defesa de Direitos e Conselhos Tutelares.

Os Centros de Defesa já conveniados vêm desenvolvendo um trabalho de qualidade, o que favoreceu a readequação financeira e a ampliação de atendimento na cidade através da participação de novos CEDECAS, em fase de análise e implantação.

A avaliação das Políticas de Atendimento referente à infância e a juventude, foi realizada através de articulações com as diversas Secretarias Municipais, juntamente com organizações ou entidades não governamentais.

devido ao facto de a taxa de crescimento da economia portuguesa ser superior à da economia europeia, o que implica que a taxa de crescimento da economia portuguesa seja superior à da economia europeia.

Assim, a taxa de crescimento da economia portuguesa é superior à da economia europeia, o que implica que a taxa de crescimento da economia portuguesa seja superior à da economia europeia.

Por outro lado, a taxa de crescimento da economia portuguesa é superior à da economia europeia, o que implica que a taxa de crescimento da economia portuguesa seja superior à da economia europeia.

Em conclusão, a taxa de crescimento da economia portuguesa é superior à da economia europeia, o que implica que a taxa de crescimento da economia portuguesa seja superior à da economia europeia.

Assim, a taxa de crescimento da economia portuguesa é superior à da economia europeia, o que implica que a taxa de crescimento da economia portuguesa seja superior à da economia europeia.

Por outro lado, a taxa de crescimento da economia portuguesa é superior à da economia europeia, o que implica que a taxa de crescimento da economia portuguesa seja superior à da economia europeia.

Em conclusão, a taxa de crescimento da economia portuguesa é superior à da economia europeia, o que implica que a taxa de crescimento da economia portuguesa seja superior à da economia europeia.

Assim, a taxa de crescimento da economia portuguesa é superior à da economia europeia, o que implica que a taxa de crescimento da economia portuguesa seja superior à da economia europeia.

Por outro lado, a taxa de crescimento da economia portuguesa é superior à da economia europeia, o que implica que a taxa de crescimento da economia portuguesa seja superior à da economia europeia.



Com relação ao fluxo dos Projetos de Lei encaminhados a esta Comissão, tentamos estabelecer prioridades nas respostas pois os mesmos eram enviados para análise com retorno já estabelecido nas datas assinaladas.

Em se tratando de Projetos recebidos com pedido de financiamento de verba Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD, os mesmos foram encaminhados, logo após análise da matéria à Comissão de Finanças, para dar prosseguimento.

Com relação a III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, este evento foi organizado em duas fases: I Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Conferência Lúdica foi uma inovação na participação dos adolescentes e educadores e sociedade civil, possibilitando identificar as reais necessidades desta população. O Centro Cultural São Paulo, foi um espaço adequado, permitindo o desenvolvimento de um bom trabalho nas oficinas.

A III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, não teve um espaço adequado para o tipo de evento para que se propunha, inviabilizando um trabalho mais tranquilo dos grupos.

Por sua vez o regimento interno da Conferência, não ofereceu possibilidade de organização que facilitasse a comunicação e a participação paritária.

Com relação a atuação desta Comissão enquanto coordenadora do evento, queremos ressaltar que embora fosse inicialmente expressivo, o número de participantes da Comissão na organização do evento, que se disponibilizou no planejamento, organização e estruturação das Conferências, esse número não se manteve, permanecendo apenas um grupo pequeno da sociedade civil e do governo até o final, que acompanhou e garantiu que os eventos se realizassem, considerando que coordenadora da Comissão apresentou problemas de saúde, entrando em licença médica, acarretando uma intensificação de esforços para agilização e execução das ações propostas.

[The text on this page is extremely faint and illegible. It appears to be a multi-paragraph document, possibly a letter or a report, but the specific content cannot be discerned.]



Cabe esclarecer que a aquisição de material necessário ao desenvolvimento das atividades nas oficinas das responsabilidades de FABES, foi de vital importância, abrilhantando e cristalizando os objetivos traçados para o sucesso, em especial da I Conferência Lúdica, bem como, da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Vale ressaltar que durante o ano, várias ausências dos integrantes da Comissão de Políticas Públicas, foram registradas, permanecendo uma média de três presenças por reunião, o que dificultou sobremaneira, o andamento dos trabalhos.

Sugerimos enquanto Comissão de Políticas Públicas, que na próxima gestão deste CMDCA, sejam ampliados o número de projetos dos programas já existentes e que também sejam incluídos programas como:

- Programa de Prevenção à violência doméstica;
- Programas Preventivos de Saúde;
- Programa DST – Doença sexualmente transmissíveis, como a AIDS, etc;
- Programas voltados à arte, lazer, cultura e esporte.

Programa	Secretaria	Andamento	Já Conveniados	À realizar
Apoio Sócio-Familiar - PROASF	Secretaria da Assistência Social-SAS	Em fase de estruturação das diretrizes do Programa		
Educação Cooperativa	Secretaria Municipal da Educação – SME – Resolução nº 44/CMDCA/99	Em fase de regulamentação para possibilitar o pagamento da bolsa auxílio		08
Programa de Drogadição	Secretaria Municipal da Saúde – Resolução nº 45/CMDCA/99	Já Conveniado "Projeto Quixote"	01	02

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry should be supported by a valid receipt or invoice. The text also mentions the need for regular audits to ensure the integrity of the financial data.

In the second section, the author details the various methods used for data collection and analysis. This includes the use of specialized software tools and manual verification processes. The goal is to ensure that the data is both reliable and comprehensive.

The third section focuses on the implementation of internal controls. It describes how these controls are designed to prevent errors and fraud, while also ensuring that the organization's resources are used efficiently.

Finally, the document concludes with a summary of the key findings and recommendations. It stresses the importance of ongoing monitoring and improvement of the financial reporting system.

The following table provides a detailed breakdown of the financial data for the period under review. Each row represents a different category of expenditure or revenue, and the columns show the corresponding amounts in various currencies.

Category	Local Currency	Foreign Currency	Total
Salaries and Wages	120,000	15,000	135,000
Utilities	80,000	10,000	90,000
Travel Expenses	50,000	5,000	55,000
Equipment Purchase	30,000	3,000	33,000
Office Supplies	20,000	2,000	22,000
Interest on Loans	10,000	1,000	11,000
Depreciation	15,000	1,500	16,500
Provision for Bad Debts	12,000	1,200	13,200
Income Tax	18,000	1,800	19,800
Dividend Income	5,000	500	5,500
Government Grants	3,000	300	3,300
Other Income	2,000	200	2,200
Total	305,000	38,500	343,500

The data indicates a significant portion of the organization's expenses are in local currency, with a smaller but growing portion in foreign currency. This suggests a reliance on local suppliers and services, though international trade is also a factor.

The document is signed and dated as follows:

[Signature]
 [Name]
 [Title]
 [Date]



Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Secretaria da Assistência Social	Já Conveniados: Sé, Lapa, Vila Prudente, Moóca	04	06
Projetos de Lei	Parecer pela Comissão	Retorno com análise a Assessoria Técnica Legislativa	72	

3.2. Finanças e Orçamento (cf. relatório em anexo)

3.3. Relações Institucionais

O Relatório da Comissão de Relações Institucionais, é parte do relatório da Equipe Técnica, por assim seus membros entenderem o trabalho conjunto e coletivo.

1. A complementação dos dados referentes as entidades registradas por ordem alfabética, numérica, região, para elaboração da listagem do CMDCA/SP.
2. Elaboração e publicação das seguintes resoluções:
 - a) Número 47/CMDCA/99 – concernente aos requisitos necessários à concessão do registro de inscrição e de suas alterações às entidades não governamentais sem fins lucrativos.
 - b) Número 48/CMDCA/99 – concernente aos requisitos necessários à concessão do registro de inscrição e de suas alterações às entidades governamentais com fins lucrativos.
 - c) Número 49/CMDCA/99 – concernente à documentação necessária à concessão do registro de inscrição e de suas alterações às entidades governamentais.
 - d) Número 52/CMDCA/99 – concernente às providências relativas à FEBEM.
 - e) Número 53/CMDCA/99 – concernente aos requisitos relativos ao programa Abrigo.
 - f) Número 54/CMDCA/99 – concernente aos requisitos relativos ao programa Guarda-Mirim, Patrulheiro-Mirim e similares.

The first part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It is essential for the business to have a clear and concise record of all income and expenses. This will help in determining the profit or loss for the business and will also be useful for tax purposes.

The second part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all assets and liabilities. This will help in determining the net worth of the business and will also be useful for tax purposes.

The third part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all contracts and agreements. This will help in determining the legal obligations of the business and will also be useful for tax purposes.

The fourth part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all personnel records. This will help in determining the costs of the business and will also be useful for tax purposes.

The fifth part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all inventory. This will help in determining the value of the business and will also be useful for tax purposes.

The sixth part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all bank statements. This will help in determining the cash flow of the business and will also be useful for tax purposes.

The seventh part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all tax returns. This will help in determining the tax liability of the business and will also be useful for tax purposes.

The eighth part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all legal documents. This will help in determining the legal status of the business and will also be useful for tax purposes.

The ninth part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all insurance policies. This will help in determining the costs of the business and will also be useful for tax purposes.

The tenth part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all other financial documents. This will help in determining the financial health of the business and will also be useful for tax purposes.

The final part of the paper discusses the importance of maintaining accurate records of all other financial documents. This will help in determining the financial health of the business and will also be useful for tax purposes.

The importance of maintaining accurate records of all financial documents cannot be overstated. It is essential for the business to have a clear and concise record of all income and expenses, assets and liabilities, contracts and agreements, personnel records, inventory, bank statements, tax returns, legal documents, and insurance policies. This will help in determining the profit or loss for the business, the net worth of the business, the legal obligations of the business, the costs of the business, the value of the business, the cash flow of the business, the tax liability of the business, the legal status of the business, and the costs of the business. It will also be useful for tax purposes.

The importance of maintaining accurate records of all financial documents cannot be overstated. It is essential for the business to have a clear and concise record of all income and expenses, assets and liabilities, contracts and agreements, personnel records, inventory, bank statements, tax returns, legal documents, and insurance policies. This will help in determining the profit or loss for the business, the net worth of the business, the legal obligations of the business, the costs of the business, the value of the business, the cash flow of the business, the tax liability of the business, the legal status of the business, and the costs of the business. It will also be useful for tax purposes.



Resoluções aprovadas em reunião ordinária do CMDCA, subsidiando a formulação das Políticas de Atendimento e ao Reordenamento Institucional do Município de São Paulo.

- 3. Elaboração de Instrumental técnico para atualização dos documentos das entidades registradas.*
- 4. Levantamento das Entidades registradas em 1994, que não compareceram para atualizar os dados. Essa relação será publicada no DOM no primeiro semestre de 2000.*
- 5. Levantamento e publicação em Diário Oficial das Entidades que tiveram seus registros cancelados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SP.*
- 6. Levantamento e publicação em Diário Oficial das Entidades que tiveram seus registros concedidos no ano de 2000 pelo CMDCA/SP.*
- 7. Organização dos arquivos através de registros liberados por ordem de região e por problemas de adequação ao ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.*
- 8. Organização dos documentos oficiais da Equipe de Assessoria e Apoio Técnico – EAAT.*
- 9. Levantamento dos 176 projetos encaminhados pelo Programa de Capacitação Solidária, para verificação de registro junto ao CMDCA/SP.*
- 10. Orientação às Entidades registradas para adequação às Resoluções 47/48/49/52/53/54/CMDCA, através de reuniões, visitas e plantões de atendimento.*
- 11. Comunicação às Varas de Infância e Juventude, Ministério Público e Conselhos Tutelares dos registros concedidos e cancelados.*
- 12. Atendimento às requisições formuladas pelo Ministério Público, Conselhos Tutelares, e as Varas de Infância e Juventude.*
- 13. Treinamento e capacitação dos funcionários da Frente de Trabalho, integrantes à equipe da EAAT, setor administrativo.*
- 14. Coordenação do fluxo técnico – informativo para a eficiência e eficácia do trabalho realizado entre a Comissão Permanente de Relações Institucionais com CMDCA.*
- 15. Estabelecer critérios técnicos de atendimento aos programas em consonância com Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.*
- 16. Avaliação e orientação em consonância com os aos planos de trabalho das Entidades Sociais de Atendimento, que desenvolvem o Programas Abrigo em desacordo com o ECA e com as resoluções do CMDCA.*
- 17. Realização sistemática de reuniões semanais com a Comissão Permanente de Relações Institucionais e a EAAT, para avaliação, discussão das dificuldades, apreciação e encaminhamentos necessários.*

The first part of the paper discusses the importance of the medical profession in society. It highlights the role of doctors in providing care and the challenges they face. The author emphasizes the need for a strong medical education system and the importance of ethical standards. The text also touches upon the relationship between medicine and the law, and the impact of public health on the individual patient.

In the second section, the author explores the historical context of medicine. It traces the roots of the profession back to ancient times, discussing the evolution of medical practices and the development of the modern medical profession. The text also addresses the social and economic factors that have shaped the medical industry over the centuries.

The third part of the paper focuses on the current state of medicine. It discusses the advances in medical technology and the impact of these innovations on patient care. The author also addresses the challenges of a changing healthcare landscape, including the rise of managed care and the increasing costs of medical services. The text concludes with a call for reform and a vision for the future of the medical profession.

The fourth section of the paper is a critical analysis of the medical profession. It examines the power and influence of the medical industry and the potential for abuse. The author discusses the need for greater transparency and accountability in the healthcare system and the importance of patient-centered care. The text also addresses the role of the medical profession in public health and the need for a more holistic approach to medicine.

The final part of the paper is a conclusion that summarizes the main points of the paper. It reiterates the author's call for reform and the need for a more ethical and patient-centered medical profession. The text also offers some suggestions for how the medical profession can better serve society and improve the quality of care for all patients.



18. *Concessão de registros às entidades não governamentais, nos termos da Lei 8.069/90.*
19. *Realização de visitas verificatórias técnico, de acordo com o ECA.*
20. *Análise e avaliação sistemática dos documentos entregue pelas entidades que solicitam registro no CMDCA/SP.*

Levantamento dos Atendimentos prestados relativos ao biênio – junho de 98 à junho de 2000.

<i>Entidades Registradas</i>	138
<i>Entidades que não atualizaram documentos desde 1994</i>	121
<i>Entidades com Registro cancelado publicado no Diário Oficial do Município</i>	24
<i>Entidades com Registro cancelado, ainda à ser publicado no Diário Oficial</i>	11

Atividades Situacional Permanentes

- *Continuar acompanhando os encaminhamentos que deverão ser realizados pela Comissão Permanente de Relações Institucionais, é extenso com os planos de trabalhos e formulários em pendência no CMDCA, das Entidades governamentais e não governamentais;*
- *Atualizar relação de Entidades governamentais e não governamentais que aguardam registro no CMDCA;*
- *Acompanhar e orientar as dificuldades dos problemas levantados pela Equipe Técnica em conjunto com a Comissão Permanente de Relações Institucionais;*
- *Elaborar e propor em conjunto com a Comissão Permanente de Relações Institucionais, uma forma de garantir atualização dos dados das Entidades, quer seja anual ou bienal;*
- *Orientar e identificar planos de trabalhos em desacordo com o ECA, e comunicar a Entidade quando necessário, solicitando sua presença no CMDCA;*
- *Promover leitura do ECA em conjunto com as Entidades;*
- *Propor reunião com as Entidades quando necessário;*

1912

...

...

...

...



- *Esclarecer e auxiliar a Entidade em caso de dúvidas quanto ao ECA e outras questões pertinentes ao programa;*
- *Criar condições favoráveis ao bom relacionamento entre CMDCA/ Entidades e Conselhos Tutelares;*
- *Coordenar fluxo técnico – informativo sob a competência da EAAT – Equipe de Apoio Técnico e Assessoria Técnica;*
- *Estabelecer critérios técnicos de atendimento aos programas;*
- *Propor reunião técnica com a Comissão Permanente de Conselhos Tutelares e Garantias de Direitos, Conselhos Tutelares e Entidades para esclarecimentos de dúvidas quando necessário;*
- *Avaliar os procedimentos quanto às Entidades ligadas aos múltiplos programas do Município de São Paulo, não registradas no CMDCA;*
- *Acompanhar e avaliar as informações dos diversos Órgãos sobre Entidades em situação comprometedoras, que possam prejudicar seu registro junto ao CMDCA; avaliar os procedimentos que deverão ser tomados no que se refere às fiscalizações das Entidades, enquanto competência dos Conselhos Tutelares, tendo como objetivo avaliação, troca de informações e agilização do processo, possibilitando assim, uma melhor integração e atuação dos profissionais envolvidos;*
- *Propiciar momentos de reflexão e discussões com os Conselhos Tutelares, Comissões Permanentes do CMDCA e EAAT, socializando as informações e dificuldades encontradas nas Entidades, para subsidiar na formulação de Políticas de Atendimento;*
- *Continuar encaminhando cópias dos registros sistematicamente para Ministério Público, varas de Infância e Juventude e Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo, mensalmente;*
- *Continuar elaborando ofícios, instrumentais, registros, declarações, atestado de funcionamento, memorandos para digitação e assinatura do presidente, observando o prazo necessário que o documento requer;*
- *Acompanhar e atualizar os dados sobre as Entidades registradas da listagem com nome, endereço, telefone, capacidade, programa, faixa etária, Conselhos Tutelares, por ordem: 1) Numérica de Registro, 2) Alfabética, 3) Região;*
- *Realizar reuniões semanais com a Comissão Permanente de Relações Institucionais, para avaliação, análise, dificuldades,*

Faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page. The text is arranged in several paragraphs and appears to be a formal document or report.

UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE
FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION
WASHINGTON, D. C. 20535



apreciações, encaminhamentos dos programas das Entidades governamentais e não governamentais;

- *Dar continuidade ao atendimento às Entidades;*
- *Assegurar que as Entidades cumpram o disposto na Lei 8.069/90, em seus artigos respectivos no Plano de Trabalho .*

Avaliar e aprofundar procedimentos que deverão ser tomados quanto aos Programas pendentes das Resoluções nº 04/CMDCA/94 e 06/CMDCA/95.

1. *Guardas-Mirins/CAMPS;*
2. *Trabalho Infantil;*
3. *Abrigos que atendem só um sexo, limitam idades, separam grupos de irmãos;*
4. *Albergues;*
5. *Adoção Internacional;*
6. *Portadores Especiais;*
7. *Convênios Governamentais com Entidades;*
8. *FEBEM;*
9. *Escolas Particulares;*
10. *Cursos Profissionalizantes – Centro de Juventude – iniciação/capacitação/ Formação Profissional;*
11. *Casas/Lares Permanentes;*
12. *Atendimento à Adolescentes Gestantes (abrigos para meninas mães e seus filhos);*
13. *Drogadição/ Abrigo para fãrmaco dependentes;*
14. *Atendimento à Portadores Especiais, Crianças e Adolescentes em Internação Hospitalar;*
15. *Escolas Cooperativas;*
16. *CEDECAS;*
17. *Programas governamentais: Creches, Escolas, Hospitais, Atividades Culturais, Esportivas e Recreativas; Centros de atendimento infantil, Atividades Culturais Esportivas e Recreativas;*
18. *Casas de Passagens/Permanência/Convivência*
19. *Abrigos que acolhem as crianças e adolescentes de 2ª a 6ª feiras às mães que trabalham;*

...of the ...
...of the ...
...of the ...

...of the ...
...of the ...
...of the ...

...of the ...
...of the ...
...of the ...

...of the ...
...of the ...
...of the ...

...of the ...
...of the ...
...of the ...

...of the ...
...of the ...
...of the ...

...of the ...
...of the ...
...of the ...

...of the ...
...of the ...
...of the ...

...of the ...
...of the ...
...of the ...

...of the ...
...of the ...
...of the ...

...of the ...
...of the ...
...of the ...



20. *Orientação a Apoio Sócio-Familiar;*
21. *Educação Cooperativa;*
22. *Colocação Familiar;*
23. *Liberdade Assistida/Semi-Liberdade/Internação.*

Avaliar os procedimentos que deverão ser adotados para liberação das listagens da Entidades registradas no CMDCA, junto a Comissão Permanente de Relações Institucionais, para consulta deliberativa.

Divulgar a listagem das 145 Entidades que não atualizaram os dados junto ao CMDCA desde 94.

*Elaboração de cronograma de atendimento à estas Entidades.
Enviar relação para publicação no Diário Oficial do Município, e cronograma de atendimento às Entidades para realizarem atualização dos dados.*

Dar continuidade ao atendimento às Entidades quanto à inscrição dos Programas e Registros das mesmas, todas as 3ª e 5ª feiras das 9 às 15 horas.

Anexo Seqüencial (1).

Avaliação do Trabalho Desenvolvido – Biênio junho/96 a maio/98.

COMPETÊNCIA E ATIVIDADES DA EQUIPE DE APOIO E ASSESSORIA TÉCNICA EXECUTADAS NO BIÊNIO – JUNHO DE 96 A Maio de 00.

Devido ao grande fluxo interno/externo de trabalho, e as variáveis condicionais e incondicionais que permeiam o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SP, a Equipe Técnica considera positivo o trabalho técnico executado:

01. *Elaboração de instrumentais técnicos para o plano de trabalho;*
02. *Inscrições de Programas Governamentais e não Governamentais;*
03. *Registros de Entidades não governamentais;*
04. *Elaboração da listagem das 145 Entidades que não atualizaram os dados junto ao CMDCA desde 1994;*
05. *Elaboração de arquivo para as Entidades em estudo no CMDCA;*
06. *Elaboração de instrumental para atualização de dados das Entidades;*
07. *Atendimentos para informações gerais;*

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that this is crucial for the company's financial health and for providing reliable information to stakeholders.

2. The second part of the document outlines the specific procedures for recording transactions. It details the steps from identifying a transaction to entering it into the accounting system, ensuring that all necessary details are captured.

3. The third part of the document discusses the role of the accounting department in monitoring and controlling the company's financial performance. It highlights the importance of regular reviews and reporting to management.

4. The fourth part of the document provides a summary of the key points discussed and offers recommendations for improving the company's financial reporting process. It suggests implementing more robust internal controls and training staff on best practices.

5. The final part of the document concludes with a statement of the author's hope that the information provided will be helpful to the reader in understanding the complexities of financial reporting and in making informed decisions for the company.



08. *Atendimento e informações técnicas aos Conselhos Tutelares;*
09. *Atendimento às Entidades não governamentais;*
10. *Atendimento às Entidades governamentais;*
11. *Preenchimento de formulários técnicos;*
12. *Orientações às Entidades sobre: projetos, planos de trabalho, espaço físico, organização e funcionamento, objetivos, critérios de seleção, programas e metodologia psicopedagógica, recursos humanos, físicos, materiais, sociais, demanda, atestados de funcionamento, 2ª via de registros, atualização de dados, Regimento Interno;*
13. *Visitas de apoio e assessoria às Entidades;*
14. *Elaboração de pastas de arquivos;*
15. *Elaboração de pasta por Conselho Tutelar;*
16. *Elaboração de plano técnico;*
17. *Envio de Registro para as Varas de Infância e Juventude;*
18. *Envio de Registro para o Ministério Público;*
19. *Envio de Registro para os Conselhos Tutelares;*
20. *Elaboração sistemática da relação de Entidades para o banco de dados informatizado;*
21. *Elaboração de ofícios e memorandos técnicos para os Conselhos Tutelares, Vara da Infância, Ministério Público, Entidades e outros órgãos;*
22. *Elaboração de listagens de Entidades não governamentais que atualizaram os dados por ordem de região;*
23. *Elaboração de arquivo dos registros das Entidades para reuniões nas regiões dos Conselhos Tutelares;*
24. *Elaboração de relatório de visitas verificatórias de acordo a Lei 8.069/90 art. 91 parágrafo único;*
25. *Elaboração de relatórios técnicos gerais e específicos;*
26. *Elaboração em conjunto com a Comissão Permanente de Relações Institucionais, de instrumentais e relatórios às Entidades de Abrigos que não cumprem a Lei 8.069/90 art. 92 itens I e V;*
27. *Elaboração de instrumental de convocação às Entidades de Abrigos em desacordo com a Lei 8.069/90 artigos 92 e 94 parágrafo primeiro;*
28. *Atendimento às Entidades de Abrigo que estão com prazo para adequação de seus programas, proporcionando orientação, apoio e assessoria técnica;*
29. *Elaboração de relatório técnico de negativas de registros, dando prazo de adequação para as Entidades, conforme deliberação da Comissão Permanente de Relações Institucionais;*
30. *Pastas criadas para as Entidades que estão com prazo de 1 ano na adequação de seus abrigos;*

Main body of faint, illegible text, likely a letter or document, covering most of the page.

Bottom section of faint, illegible text, possibly a signature or footer.



31. *Informações sistemáticas das Entidades registradas no CMDCA através de ofícios técnicos, para as Varas de Infância e Juventude, Conselhos Tutelares, Ministério Público e outros órgãos públicos;*
32. *Cronograma mensal de reuniões e visitas;*
33. *Reuniões sistemáticas com a Comissão Permanente de Relações Institucionais;*
34. *Análise e avaliação sistemática das documentações entregues pelas Entidades que solicitam registro ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SP;*
35. *Avaliação e análise sistemática de cada plano de trabalho por programa, entregue pelas Entidades que solicitam registro ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SP;*
36. *Avaliar, analisar e orientar os procedimentos que deverão ser tomados em relação aos Programas das Entidades que estão em desacordo ou não, com os preceitos da Lei 8.069/90, artigos 60 ao 69, 91, 92, 93, 94 parágrafo 1º, 100, 101 parágrafo único.*

3.4. Conselhos Tutelares e Garantia de Direito (cf. relatório em anexo)

3.5. Opinião Pública (cf. relatório em anexo)





[Faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page]



4 - Avaliação da Diretoria Plena

A diretoria plena do CMDCA, não atendeu suas necessidades básicas e suas atribuições essenciais não foram viabilizadas. Seus membros não realizaram as reuniões regimentais. Os motivos foram diversos, principalmente atendendo as exigências conjunturais, com isso ficaram prejudicados as avaliações dos trabalhos de cada comissão permanente e seus encaminhamentos práticos.

5 - Avaliação da Diretoria Executiva

A diretoria executiva do CMDCA, na medida do possível deu conta de suas atribuições. Despachando e encaminhando as deliberações do grande conselho. so

6 - Avaliação Institucional do CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, neste período de 98/2000, participou de inúmeros eventos e atividades fora de seu espaço, sobretudo com organizações governamentais e outros órgãos que compõem a sociedade. Conheceu e fez-se ser conhecido, interveio quando necessário, impôs sua condição de organização responsável pela gerência e direção da política da infância neste município. Esteve sempre em parceria com organizações como: OAB, Ministério Público, Varas de Infância e Juventude, Câmara Municipal, Assembléia Legislativa e tantas outras.

7 - Relações Internas e Correlação de Forças

Uma organização que tem como principio organizativos, a difícil tarefa de conviver, decidir e executar coletivamente, as relações tem mesmo que ser conflituosas em alguns momentos. A chamada democracia participativa em muitos momentos força um aprendizado dolorido e amargo, sobretudo quando se trata de defender o que é melhor para a população, esta correlação dura e espinhosa se dá na mesa de negociação, governo e sociedade mais do que nunca precisa a aprender a conviver

The first part of the report deals with the general situation of the country and the progress of the work done during the year. It is followed by a detailed account of the various projects undertaken and the results achieved. The report concludes with a summary of the work done and a list of the names of the staff members who have been engaged during the year.

REPORT OF THE DIRECTOR

The work of the Institute during the year has been carried out in accordance with the programme of work approved by the Council. The main areas of activity have been the study of the history and development of the country, the collection and classification of the flora and fauna, and the investigation of the physical and social conditions of the country. The results of the work done during the year are set out in the following sections of the report.

GENERAL SITUATION

The country has made considerable progress during the year in the various fields of activity mentioned above. The work done during the year has been carried out in accordance with the programme of work approved by the Council.

FLORA AND FAUNA

The work done during the year in the field of flora and fauna has been carried out in accordance with the programme of work approved by the Council. The results of the work done during the year are set out in the following sections of the report.

PHYSICAL AND SOCIAL CONDITIONS

The work done during the year in the field of physical and social conditions has been carried out in accordance with the programme of work approved by the Council. The results of the work done during the year are set out in the following sections of the report.



com essas diferenças, canalizando suas disputas internas para elaboração e decisão de políticas adequadas para o povo infante juvenil. No CMDCA, muitas vezes isso se perdeu, levando os Conselheiros a esquecer seus objetivos principais.

7.1. Sociedade Civil

Como em qualquer processo participativo, de gestão e de construção do saber coletivo, a presença da sociedade civil nestes órgão de participação paritária, precisa muito de aprendizado. Em muitos momentos o que se percebe no comportamento de seus representantes são vícios oriundos dos movimentos e organização dos quais fazem partes. Não que eles não sejam importantes, são. Porém nos espaços de embates, reivindicações das organizações, dentro de organizações como um conselho de direitos, requer mais que isso. Requer sobretudo o aprendizado técnico e o saber negociar politicamente, requer o respeito e a criatividade de seus representantes. Com isso a formação deva ser sistemática e permanente, para que de fato a infância e a juventude sejam priorizadas.

7.2. Governo

Os representantes governamentais, por outro lado, precisam e muito aprender se relacionar com a presença da sociedade civil nesses espaços, sobretudo o conceito de participação paritária. Também são viciados. A defesa em muitos momentos não são em prol do sujeito da ação, mas em prol de quem os representa, precisam buscar a autonomia necessária para decidir o que é melhor, não para o chefe, mais para a infância. Precisam ser mais profissionais e saber reconhecer o momento que deva recuar ou avançar.

7.3. Comunidade

A comunidade necessita descobrir esses espaços, cobrar mais daqueles que tem a missão de os representar, participar mais das atividades e dinâmicas que alimenta esses órgãos.

The first part of the study...

The second part of the study...

The third part of the study...

REFERENCES

Asch, S. E. (1951). Group pressure and conformity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 20, 39-45.

Copyright © 1970 by the American Psychological Association



0021-9010/70/050410-06\$01.00



Durante esse período o CMDCA foi um palco de interfaces com a comunidade, sobretudo com as entidades sociais de atendimento, mais, ainda é muito pouco, precisa mais de divulgação para que a população se aproprie dos conselhos de direitos como instrumento de elaborativo e avaliativo da vida pública social da infância.

7.4. Conselhos Tutelares

O CMDCA procurou neste período uma maior interface com os conselhos tutelares do município, foram diversas reuniões, assembléias, gerenciamento de conflito, acompanhamento nas questões principais e nos embates com a prefeitura. Tomamos muitas decisões em conjunto. A comissão permanente de Conselhos Tutelares do CMDCA, acompanhou cada passo dos vinte conselhos de São Paulo. Elaboramos juntos uma Resolução que normatizar a função, estrutura e remuneração dos mesmos, elaboramos curso de formação (não foi executado por descaso da prefeitura), tentamos buscar o que foi necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

7.5. Fórum Municipal de Defesa

Tradicionalmente o Segmento da Sociedade Civil, "Criança e Adolescente", está organizado em Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Objetivamente essas organizações tem o papel de acompanhar, organizar os debates em torno das questões em toda a sociedade, estar perto da vida e dinâmica dos conselhos de direitos e Tutelares, cobrar do poder públicos a eficácia das políticas voltadas para a infância e juventude.

Estão "organizados" nos três níveis: Nacional, Estadual, Municipal e/ou Regional (nos grandes municípios).

No município de São Paulo a interface do CMDCA com o Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem sido cautelosa e não consistente, alguns momentos chega ser conflituosos, falta entendimento dos conselheiros e dos representantes do FMDCA em torno das questões prioritárias. Por outro lado, falta a essa organização uma presença eficaz na sociedade, autônoma e independente.

Dear Mr. [Name],

I have received your letter of the 15th and am glad to hear from you. The information you have provided is being reviewed and we will get back to you as soon as possible.

I am sorry that I cannot give you a more definite answer at this time, but the matter is still under consideration. We will contact you again once a final decision has been reached.

Thank you for your patience and understanding. We appreciate your interest in our organization and the time you have taken to provide us with the necessary details.

Sincerely,
[Name]

Enclosed for you are the documents mentioned in your letter. Please review them carefully and let us know if you have any questions.

Very truly yours,
[Name]



8 - Dificuldades do CMDCA em Executar suas Ações

O Conselho Municipal nesse período teve muitas dificuldade em executar sua deliberações. O tempo perdido entre as secretarias e o gabinete do prefeito é uma prova disto, a falta de respeito por parte do executivo municipal para com o CMDCA, a legislação municipal voltada para infância, tudo foi pretexto para uma eficaz viabilização das suas funções.

Os planos orçamentários do Fundo Municipal, não chegou a um gasto médio de 10% do total, a não implantação dos Programas para Criança e Adolescentes, deliberados pelo CMDCA, demonstra que não é apenas uma falta de respeito do prefeito desta cidade para com o conselho, mas falta de vontade política e visão do conjunto e da prioridade que é a infância. Vergonhosamente para o CMDCA ser respeitado teve sempre que necessário recorrer a justiça.

9 - Realizações do CMDCA

Nesse período de dois anos o CMDCA conseguiu vencer a barreira burocrática da Prefeitura e implantar os seguintes Programas e Projetos:

Programa: Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Drogadição I e II;
Educação Cooperativa (está na pendência da Secretaria de Educação e do Prefeito).

...

...

...

...

...

...



9.1. Implantação de Programas e Políticas

Projetos: Drogadição I e II com Secretaria de Saúde (PROAD para 600 adolescentes já em funcionamento);

Centros de Defesa(4 unidades já em funcionamento para 400 adolescentes e três aguardando financiamento;

Cultura(3 pedidos em andamentos com a Secretaria);

Um curso de capacitação para conselheiros tutelares(em andamento licitatório);

Educação Cooperativa (em andamento na Secretaria de Educação, aguardando decisão de decreto do Prefeito).

9.2. Eventos Institucionais

Realização da I Conferência Lúdica Municipal da Criança e Adolescente, com a presença de 600 criança e adolescentes em Setembro de 99 no Centro Cultural São Paulo;

Realização da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob tema " Uma década de História Rumo ao Terceiro Milênio", em Setembro de 99 no Teatro João Caetano, presença de 300 pessoas inclusive adolescentes;

Realização de assembléias com as entidades sociais de atendimento;

Realização de encontro com os conselhos tutelares.

The first part of the report deals with the general situation of the country and the progress of the work during the year. It is followed by a detailed account of the various projects and the results obtained. The report concludes with a summary of the work done and the prospects for the future.

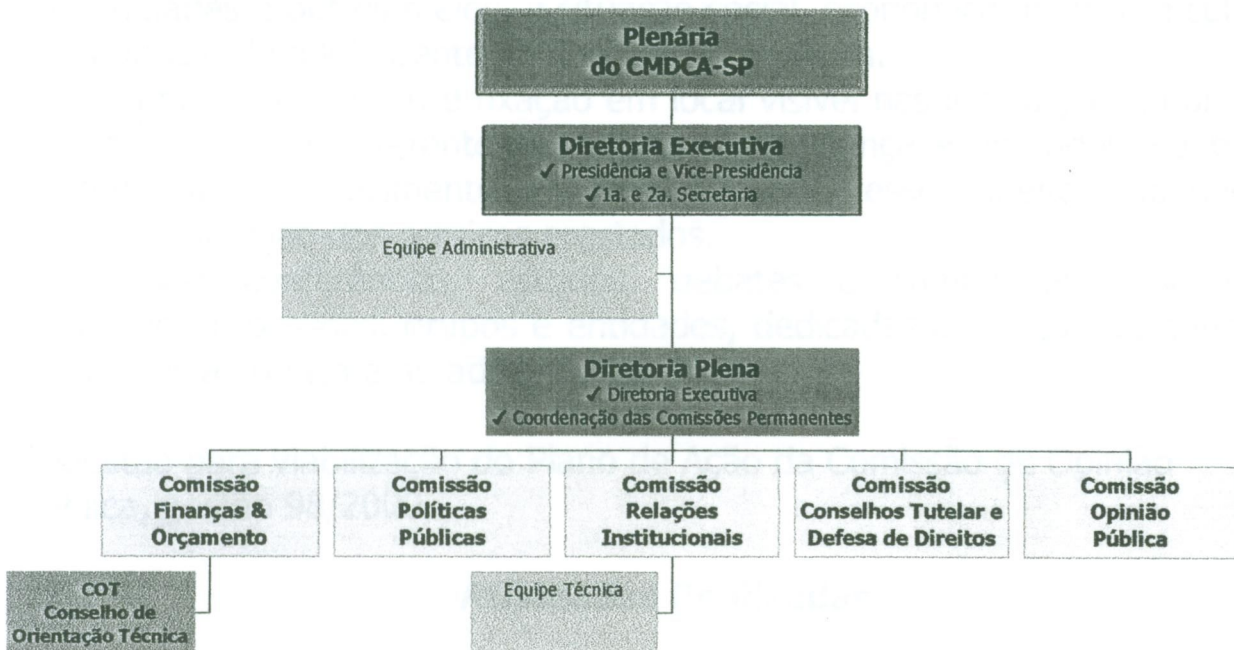
The second part of the report deals with the financial aspects of the work. It gives a detailed account of the income and expenditure for the year and shows how the work has been financed. It also discusses the various sources of income and the methods of expenditure.

The third part of the report deals with the personnel of the institution. It gives a list of the staff and their duties and discusses the methods of recruitment and the conditions of service. It also discusses the various methods of training and the results obtained.



10 – Organograma do CMDCA

Organograma do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA-SP *Lei 11.123/91*



Section of text in the upper middle part of the page, appearing as a list or series of entries.

Section of text in the middle of the page, possibly a sub-header or a specific entry.

Section of text in the middle of the page, possibly a sub-header or a specific entry.

Section of text in the middle of the page, possibly a sub-header or a specific entry.

Section of text in the lower middle part of the page, possibly a paragraph or a list.

Section of text in the lower part of the page, possibly a footer or a concluding statement.

Section of text at the bottom of the page, possibly including a signature, date, or page number.



Anexos

Anexo 1: Relatório Comissão de Opinião Pública

Plano de Trabalho – Fundamentação

A Comissão de Opinião Pública do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SP, tem como objetivos principais:

+ Garantir o que prevê o artigo 8º, inciso XIII, XIV, XV e XVIII do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como segue, respectivamente:

+ Divulgar a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no âmbito do Município de São Paulo.

+ Informar e motivar a comunidade, através dos direitos, órgãos de comunidades e outros meios, a situação social, econômica, política e cultural da criança e do adolescente na sociedade brasileira.

+ garantir a reprodução e fixação em local visível nas instituições públicas e privadas, cartazes referente aos direitos das criança e dos adolescentes e, proceder ao esclarecimento e orientação sobre esses direitos, no que se refere à utilização dos serviços prestados.

+Promover conferências, estudos, debates e campanhas, visando a formação de pessoas, grupos e entidades, dedicadas à solução de questões referentes à criança e ao adolescente.

Sugestão para viabilização do Plano de Ação da Comissão de Opinião Pública, gestão 98/2000.

Atividades Realizadas

- Assembléia anual de prestação de contas do CMDCA, referente ao ano de 1998.
- Apoio ao lançamento do ECA comentado pelo Desembarcador Antonio Chaves.
- Divulgação do Programa Comunidade Solidária XI concurso de projetos para capacitação profissional de jovens.
- Encaminhamentos de 350 convites para divulgação às entidades de atendimento.

I have the honor to acknowledge the receipt of your letter of the 14th inst. in relation to the above mentioned subject. I am sorry that I cannot give you a more satisfactory answer at present, but I am sure that you will understand the reasons for this. I have no objection to your making such use of the facts mentioned in your letter as you may think proper, but I must request you to be careful not to give any incorrect information. I am, Sir, very respectfully,
 Yours truly,
 J. B. ...



- Divulgação de 4000 ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (com impressão e distribuição feita pela FABES – Secretaria da Família e do Bem Estar Social).
- Impressão e divulgação de 1.450 cartazes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
- Divulgação dos Cartazes junto às entidades e aos Conselhos Tutelares do Município de São Paulo.
- 03 publicações no jornal do Diário Oficial do Município com a divulgação dos Conselhos Tutelares.
- 01 publicidade no Jornal do ônibus com a divulgação dos Conselhos Tutelares.
- Representações por parte da Comissão de Opinião Pública nas Audiências Públicas junto a Câmara Municipal de São Paulo, na Comissão de Direitos Humanos.
- Representação da Comissão de Opinião Pública no Tribunal dos Permanente dos Povos.
- Representação e participação na Comissão da FEBEM.
- Representação da Comissão no Museu da Casa Brasileira, junto a Telefônica.
- Representação junto a Câmara Municipal na Audiência sobre Defensoria Pública.
- Divulgação da I Conferência Lúdica e divulgação da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada no período de 20 a 22/09/99, junto a 1.800 entidades sociais, órgãos governamentais e não governamentais, Varas da Infância e da Juventude, Promotorias Públicas, Conselhos Tutelares, Fóruns Regionais e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Mídia em geral, no que contamos com apoio de colaboradores.
- Confecção de 2000 folders e 2000 cartazes para a divulgação da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no que contamos com apoio e patrocínio de colaboradores.
- Divulgação da III Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, com 3 publicações no Diário Oficial do Município.
- Divulgação com a publicação da relação dos Conselhos Tutelares do Município de São Paulo no calhau do Diário Oficial em maio de 2000.



- Divulgação com a publicação da conta do FUMCAD para Imposto de Renda no calhau do Diário Oficial em maio de 2000.
- Divulgação com publicação no calhau dos Conselhos Tutelares no Jornal do ônibus em maio de 2000.
- Divulgação e participação da Comissão de Opinião Pública no evento realizado em comemoração ao dia Internacional da Mulher.
- Proposição, elaboração da Resolução de nº 57/CMDCA/2000, sobre Política de Esportes e Lazer para crianças e Adolescentes no Município de São Paulo.

Metas:

01. Editar mensalmente 1.500 boletins informativos;
02. Realizar duas visitas semanais à empresas e sindicatos para divulgação do folder institucional do CMDCA;
03. Produzir 5.000 cartazes institucional do CMDCA;
04. Produzir 10.000 edições do ECA;
05. Enviar notas divulgação para o Jornal do Ônibus, trimestralmente;
06. Contatar e enviar releases semanalmente à imprensa;
07. Preparar campanha publicitária na mídia para ser veiculada no ano 2000;
08. Promover dois eventos na cidade de São Paulo em conjunto com outras Comissões;
09. Realizar reuniões quinzenalmente para redação do boletim, levantamento de custo e elaboração de todo material de comunicação: cartazes, publicações do ECA, campanha publicitária etc

Anexo 2: Relatório Comissão de Finanças e Orçamento

Inicialmente a Lei Municipal nº 11.243/92, que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD.

Artigo 1º - Fica criado, na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD, de natureza

The first part of the report deals with the general situation of the country and the progress of the war.

The second part of the report deals with the economic situation and the progress of the war.

The third part of the report deals with the social situation and the progress of the war.

The fourth part of the report deals with the political situation and the progress of the war.

The fifth part of the report deals with the military situation and the progress of the war.

The sixth part of the report deals with the international situation and the progress of the war.



contábil, com a finalidade de proporcionar os meios financeiros complementares às ações necessárias ao desenvolvimento das políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente, bem como ao exercício das competências do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares.

Artigo 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, definirá o percentual de utilização dos recursos captados pelo FUMCAD, alocando-os nas respectivas áreas, de acordo com as prioridades definidas no planejamento anual.

Artigo 3º - Constituição receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD:

- I – dotação consignada no Orçamento Municipal necessária ao funcionamento dos Conselhos Tutelares;
- II – recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III – doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
- IV – valores repassados pela União e pelo Estado ao Município, provenientes de multas decorrentes de condenações ou ações civis ou de imposições de penalidades administrativas aplicadas no Município de São Paulo previstos na Lei Federal nº 8.069/90;
- V – contribuições dos governos e organismos nacionais, estrangeiros e internacionais;
- VI – rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;
- VII – outros recursos que lhe forem destinados.

§ 1º A gestão financeira dos recursos do FUMCAD será feita pela Secretaria da Finanças.

§ 2º A Secretaria das Finanças aplicará os recursos do FUMCAD, eventualmente disponíveis, revertendo ao mesmo seus rendimentos.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LEXINGTON AVENUE
NEW YORK, NY 10017



Artigo 4º - O FUMCAD terá um Conselho de Orientação Técnica, que assessorará o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na formulação e aprovação de propostas para captação e utilização dos recursos do Fundo.

Anexo 3: Relatório Comissão de Conselho Tutelar e Garantia de Direitos

Inicialmente é necessário fundamentar a competência da Comissão de Garantia de Deito e Conselhos Tutelares com base na Lei Municipal e estatuto da Criança e do Adolescente, para prosseguir em uma avaliação política do desempenho da referida Comissão.

Decreto nº 31.319 de 17 de março de 1992, que regulamenta a Lei Municipal nº 11.123/91, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

Artigo 30 – Os Conselhos Tutelares, órgãos autônomos e não jurisdicionais, têm por finalidade zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Artigo 31 – A atuação dos 20 Conselhos Tutelares, criados pela Lei Municipal nº 11.123/91, restringe-se ao seu âmbito territorial delimitado pelas divisas das atuais Administrações Regionais.

Artigo 32 – Em razão da demanda, e ouvido o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o número de Conselhos Tutelares poderá ser ampliado, respeitadas as manifestações relativas à viabilização orgânico-estrutural.

Artigo 33 – A competência dos Conselhos Tutelares, em relação ao caso colocado sob sua apreciação, será determinada:

I – pelo domicílio dos pais ou responsáveis;

II – pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente, em caso de falta dos pais ou responsáveis

§ 1º No caso de Infração praticada por criança, será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou omissão.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da zona de residência dos pais ou responsáveis, ou do local onde estiver sediada que abriga a criança ou adolescente.

A composição e eleição dos membros dos Conselhos Tutelares, atribuições e decisões, remuneração (cf. verificar a partir do artigo 34 seguinte da Lei Municipal nº 11.123/91).

...

...

...

...



Anexo 4: Relatório Conselho de Orientação Técnica – COT

Lei Municipal nº 11.243 de 28 de dezembro de 1992.

Artigo 4ª - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD, terá um Conselho de Orientação Técnica, que assessorará o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na formulação e aprovação de propostas para captação e utilização dos recursos do Fundo.

§ 1º O Conselho de Orientação Técnica terá composição paritária, sendo constituído por, no máximo 8 (oito) membros.

§ 2º As funções de membro do Conselho de Orientação do FUMCAD não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas de interesse público relevante.

§ 3º O Conselho de Orientação Técnica se reunirá por convocação do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sob a supervisão do conselheiro coordenador da Comissão de Finanças e Orçamento.

O Conselho de Orientação Técnica, tem participado conjuntamente com CMDCA, sempre que convocado das atividades e discussões em torno das questões financeiras e orçamentárias. Necessita potencializar melhor as atribuições e competências do mesmo.

Composição do Conselho de Orientação Técnica

Olavo Rosa Losano	Edson Antoniassi
Jayr de Castro Mendes	Armando de Souza Amaral
Antônio Sérgio Gonçalves	Marcos Aurélio de Oliveira Fernandes

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

...

...

...

...



Sumário

1. Introdução		1
2. Composição do Conselho	2.1. Diretoria Executiva	4
	2.2. Diretoria Plena	4
	2.3. Conselheiros/as da Gestão 1998/2000	5
	2.4. Conselho de Orientação Técnica – COT	5
	2.5. Equipe Administrativa	5
	2.6. Equipe Técnica	10
3. Avaliação do Desempenho das Comissões	3.1. Políticas Públicas	22
	3.2. Finanças e Orçamento	26
	3.3. Relações Institucionais	26
	3.4. Conselhos Tutelares e Garantia de Direito	33
	3.5. Opinião Pública	33
4. Avaliação da Diretoria Plena		34
5. Avaliação da Diretoria Executiva		34
6. Avaliação Institucional do CMDCA		34
7. Relações Internas e Correlação de Forças	7.1. Sociedade Civil	35
	7.2. Governo	35
	7.3. Comunidade	35
	7.4. Conselhos Tutelares	36
	7.5. Fórum Municipal	36
8. Dificuldades do CMDCA em executar suas ações		37
9. Realizações do CMDCA	9.1. Implantação de Programas e Políticas	38
	9.2. Eventos Institucionais	38
10. Organograma do CMDCA		39
11. Anexos		40

São Paulo, junho de 2000.

Introduction	1
Chapter I	10
Chapter II	20
Chapter III	30
Chapter IV	40
Chapter V	50
Chapter VI	60
Chapter VII	70
Chapter VIII	80
Chapter IX	90
Chapter X	100
Chapter XI	110
Chapter XII	120
Chapter XIII	130
Chapter XIV	140
Chapter XV	150
Chapter XVI	160
Chapter XVII	170
Chapter XVIII	180
Chapter XIX	190
Chapter XX	200
Chapter XXI	210
Chapter XXII	220
Chapter XXIII	230
Chapter XXIV	240
Chapter XXV	250
Chapter XXVI	260
Chapter XXVII	270
Chapter XXVIII	280
Chapter XXIX	290
Chapter XXX	300
Chapter XXXI	310
Chapter XXXII	320
Chapter XXXIII	330
Chapter XXXIV	340
Chapter XXXV	350
Chapter XXXVI	360
Chapter XXXVII	370
Chapter XXXVIII	380
Chapter XXXIX	390
Chapter XL	400
Chapter XLI	410
Chapter XLII	420
Chapter XLIII	430
Chapter XLIV	440
Chapter XLV	450
Chapter XLVI	460
Chapter XLVII	470
Chapter XLVIII	480
Chapter XLIX	490
Chapter L	500

Index



1980-1981
Annual Report
of the
Department of
Education



